



9ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

30 de outubro de 2008 – 9 horas

PAUTA

Expediente:

- I. Aprovação da Ata da 8ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 23 de setembro de 2008;
- II. Aprovação da Ata da 32ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 14 de outubro de 2008;
- III. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Deliberação sobre pedidos de reconsiderações ao CONFEMA;
- II. Deliberação sobre os seguintes projetos postulantes ao FEMA nos termos do Edital nº 05, de modo a habilitar a publicação de propostas selecionadas:
 - 1 - Projeto: YBIRA – Boas práticas ambientais para uma vida melhor (SOS Represa Guarapiranga);
 - 2 - Projeto: “SACI” – Sonhar, Acordar e Integrar (Associação Saúde da Família);
 - 3 - Projeto: Fortalecimento de Grupos de Coleta Seletiva da Vila Prudente e Jardim Elba – Zona Leste da Cidade de São Paulo (Movimento de Defesa do Favelado);
 - 4 - Projeto: Rede de Cooperação da Cantareira – “RECANTA” - Bolsas Jovens da Floresta (IDEAS - Instituto de Empreendedores Ambientais e Sociais);
 - 5 - Projeto: Cidade Socioambiental (Organização Neo Humanitarismo Universalista – ONH-U);
 - 6 - Projeto: Viver bem na Cidade Tiradentes - vamos cuidar do meio ambiente e viver com qualidade de vida - todos por um futuro melhor (União Social Brasil Gigante Adormecido);
 - 7 - Projeto: Capacitação em Agenda 21 Local na Bela Vista (Novo Olhar);
 - 8 - Projeto: Manancial de Cidadania (Comunidade Cidadã);
 - 9 - Projeto: Sementes da Sustentabilidade (Organização Não Governamental Alquimia);
 - 10 - Projeto: Sementes para um Bairro Sustentável (Associação Urusvati Mantenedora);
 - 11 - Projeto: Educação Ambiental com o “Portal Interativo da Rede Hídrica dos rios Alto Tietê/ Pinheiros e Capivari – Monos” (Instituto Labor e Vita);
 - 12 - Projeto: Plataforma Verde – Parelheiros (IBEAC – Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário).

Anexos:

- I. Ata da 8ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 23 de setembro de 2008;
- II. Ata da 32ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 14 de outubro de 2008;
- III. Pareceres Técnicos da Comissão Técnica de Avaliação – CAV/ Edital FEMA nº 05 sobre os projetos a serem deliberados.

Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas. Nós vamos dando início à 9ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA. Hoje, 30 de outubro, aqui na UMAPAZ. Então, das nove até as dez horas foi dado um tempo para os conselheiros estarem consultando os processos, atendendo uma solicitação dos próprios conselheiros, para que depois a gente pudesse fazer a deliberação. Vamos começar, atendendo ao expediente previsto, com a deliberação sobre a Ata da 8ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 23 de setembro de 2008. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação da ATA permaneçam como estão. Então, a Ata foi aprovada por unanimidade. Deliberação sobre a Ata da 32ª Reunião Plenária



Ordinária do CONFEMA, de 14 de outubro de 2008. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação permaneçam como estão. Então também está aprovada por unanimidade. Como sugestão de inclusão na pauta, nós temos uma solicitação da Subprefeitura de Perus para reconsideração, reavaliação da avaliação sobre aquela obra que envolvia a liberação de uma área do Parque Perus, e a transferência de um setor de apoio da Subprefeitura para um espaço já operacional da Subprefeitura hoje, que seria readaptado para receber esse setor. Então, isso, depois, como sugestão de inclusão. Antes de começarmos com a deliberação dos projetos do Edital FEMA nº 05, depois nós iríamos para essa questão da deliberação, o Rubens tem algumas informações sobre projetos em andamento na área da Subprefeitura de Perus.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Seguindo a deliberação aqui do próprio conselho, que estabelece que todos os projetos relativos à aplicação de recurso de crédito de carbono, que passem aqui, pelo conselho para que o conselho seja informado do andamento, eu gostaria de informar que temos e estão aqui disponíveis, três processos relativos a áreas verdes a serem implantados na Subprefeitura de Perus. Um desses processos é de revitalização da Praça da rua Elisa Pedroso, o valor da obra é noventa e oito mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos. Um outro processo é de implantação da Praça Flor da Imperatriz, valor da obra é de cento e sete mil, cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos. E um terceiro processo que se refere à urbanização da favela do Bamburral, projeto esse também já previsto anteriormente e aprovado pelo conselho para implantação do Parque do Bamburral, o valor de quarenta e quatro mil reais para a urbanização da favela. Conforme a deliberação, os processos que já haviam sido aprovados naquela planilha, naquela tabela de projetos anteriormente discutida na audiência pública, viriam para esse conselho apenas para informe, porque já existe uma pré-aprovação do conselho para esses projetos. Diferente daqueles que não sejam incluídos naquela lista, que passam por uma discussão do conselho. Os processos encontram-se disponíveis aqui na mesa, os conselheiros que tiverem interesse poderão consultar os processos, para estarem conhecendo os projetos.

Coordenadora Helena Magozo: Eu queria pedir desculpa para vocês, que eu falhei aqui num procedimento, que nós recebemos um ofício do Secretário de Planejamento comunicando a alteração dos representantes da Secretaria do Planejamento junto ao CONFEMA. Então, eu vou ler a carta do secretário e, hoje, como previsto regimentalmente, essas nomeações já estão no Diário Oficial da Cidade. O secretário de Planejamento, Manuelito Pereira Magalhães Júnior manda uma carta para o secretário Eduardo Jorge solicitando a alteração nos representantes da SEMPLA junto ao CONFEMA, como segue, a substituição do Luís Oliveira Ramos, representante titular e o Fernando Henrique Gaspari, representante suplente pelos seguintes representantes: a Maria Lúcia Figueiredo Bueno de Camargo, que está aqui como representante titular e o Marcelo Alves de Carvalho. Marcelo, que não está aqui hoje, como suplente. Então é importante, na verdade, eu deveria ter precedido isso à deliberação sobre a Ata, peço desculpa que foi uma falha minha. Na ordem do dia, o primeiro ponto está deliberação sobre pedido de reconsideração ao CONFEMA. Do que se trata isso? Na verdade, foi elaborada uma minuta de texto para deliberação, para nós estarmos prevendo um procedimento para pedido de reconsideração, que como isso não está previsto, acaba cabendo tudo. E nós entendemos que isso devia ter um procedimento mais estabelecido. A nossa proposta é o seguinte: nós não vamos deliberar hoje esse texto, nós vamos mandar por e-mail para vocês, vocês avaliem o texto, se tiver a possibilidade de dar um approve por e-mail que concorde inteiramente com o texto, muito bem. Se qualquer conselheiro tiver qualquer dúvida, qualquer questionamento em relação ao texto, na próxima reunião nós retomamos a discussão desse texto. Porque sempre texto envolve um tempo grande, e um tempo



para vocês estarem olhando com mais cuidado e se posicionando. Então vocês vão receber essa minuta de texto por e-mail. Agora nós vamos passar sobre a deliberação dos projetos postulantes ao FEMA, nos termos do Edital nº 05, que os pareceres foram disponibilizados por e-mail para os conselheiros e os processos estavam todos a disposição dos conselheiros no CADES, e hoje, aqui nesse recinto, com antecedência. O primeiro projeto, o número 1, é o projeto YBIRA - Boas Práticas Ambientais Para Uma Vida Melhor, da entidade SOS Represa Guarapiranga. Primeira coisa que eu queria perguntar é o seguinte, nós vamos por projeto ou vamos proceder a uma avaliação em bloco? Por projeto. Então vamos avaliar por projeto. Então eu vou ler basicamente a avaliação. Projeto YBIRA – Boas Práticas Ambientais Para Uma Vida Melhor. Instituição proponente - SOS Represa Guarapiranga. Duração do projeto -12 meses. Recursos solicitados - noventa e oito mil e vinte cinco. Objetivo do projeto - fortalecer a capacidade da comunidade escolar e local de melhorar a sua qualidade de vida, do ambiente, especialmente da água, a partir da mudança de atitudes com a incorporação de práticas sustentáveis na vida cotidiana. O posicionamento final da CAV: “O projeto apresentado é recomendado pela CAV, uma vez que, conceitualmente e metodologicamente está bem fundamentado”. E tem toda a avaliação anterior que esteve à disposição de vocês, do objetivo, metodologia, todas as questões que eram alvo da avaliação. Então, vamos para a deliberação sobre o projeto YBIRA – Boas Práticas Ambientais Para Uma Vida Melhor. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Então, o projeto foi aprovado por unanimidade. O projeto SACI – Sonhar, Acordar e Integrar. Instituição proponente - Associação Saúde da Família. Duração do projeto - 12 meses. Recursos solicitados – noventa e seis mil e duzentos reais. Objetivo do projeto – o projeto SACI – Sonhar, Acordar e Integrar é uma ação de inclusão social com o objetivo de capacitar crianças e adolescentes em questões ambientais, tornando-os agentes ambientais mirins e multiplicadores do conhecimento ambiental para a população. Considerações finais e conclusão: “Por não estar identificado onde ocorrerão os cursos, por não estar descrito o conteúdo programático dos workshops, seminários e oficinas no projeto. Pelo material pedagógico não estar disposto. Não foi estipulada a faixa etária das crianças e adolescentes. O projeto não esclarece a estratégia de sensibilização das crianças e adolescentes que participarão do projeto. Quanto às assembleias mensais, não ficam claras suas disposições. Pelos itens descritos acima, esse projeto não é recomendado pela CAV”. Então nós vamos passar para a deliberação do CONFEMA. Os conselheiros, prestem atenção, que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Aprovação, porque eu sempre parto do positivo, Miriam. Eu sempre parto da aprovação. Então, o projeto não foi recomendado pela CAV. Quem for favorável à aprovação, porque os conselheiros têm o poder da deliberação. Eu prefiro sempre partir pro positivo, porque há a possibilidade de uma outra posição. Então os conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão. Então nós temos quatro conselheiros que são desfavoráveis à aprovação do projeto.. Então os quatro conselheiros são desfavoráveis. Então, por unanimidade o projeto foi reprovado. Terceiro projeto, projeto - Fortalecimento de Grupos de Coleta Seletiva da Vila Prudente, Jardim Elba, Zona Leste da cidade de São Paulo. Instituição proponente - Movimento de Defesa do Favelado – MDF. Recursos solicitados – trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais. Objetivo do projeto - apoiar e proporcionar suporte técnico especializado aos grupos da Vila Prudente, favela, e Jardim Elba da cidade de São Paulo-SP, que ainda não participaram da coleta seletiva de materiais recicláveis, para um trabalho de educação ambiental junto às comunidades locais e redes solidárias. O posicionamento da CAV: “O projeto organização e gerenciamento de cooperativas de coleta seletiva de materiais recicláveis em conjunto com a conscientização da comunidade na educação



ambiental, proposto pela proponente Movimento de Defesa do Favelado - MDF, é recomendável pela CAV”. Então, os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto, permaneçam como estão. Então, o projeto foi aprovado por unanimidade. Projeto Rede de Cooperação da Cantareira - RECANTA, Bolsas Jovens da Floresta. Instituição proponente - IDEAS, Instituto de Empreendedores Ambientais e Sociais. Recursos solicitados – oitenta e oito mil e trezentos reais. Objetivos do projeto - promover o fortalecimento de uma grande floresta dentro de uma grande cidade e a mitigação dos principais fatores de degradação sócio ambiental que ameaçam atualmente o Parque Estadual da Cantareira, com a consolidação da Rede de Cooperação da Cantareira. Considerações finais e conclusões da CAV: “O projeto tem um foco bem definido em termos de propósito. A reserva florestal da Cantareira é bastante importante, não apenas para a região, mas para a cidade de São Paulo. Um aspecto relevante, é que o projeto pretende estimular o protagonismo juvenil e preparar jovens para exercerem um papel de liderança na região e em defesa da floresta. A CAV recomenda a aprovação do projeto”.

Conselheira Zania Gouveia: Eu só gostaria de esclarecer uma dúvida. Nas últimas reuniões ficou estabelecido que seria criado um critério para aprovação das contrapartidas. E dos projetos que foram recomendados pela CAV, esse é o único que não apresentou contrapartida, então eu gostaria de saber se esse procedimento foi já definido pelo jurídico?

Coordenadora Helena Magozo: Então de fato, hoje, o que acontece? Na verdade nós não nos ativamos a essa questão ainda. De toda forma, o que eu posso te dizer, deve ter contrapartida, eu gostaria que no processo fosse revisado isso. De toda forma Zania, como é que está funcionando? Por conta do decreto e da portaria de SF e SEMPLA, toda essa questão da contrapartida está sendo revisada quando da assinatura do convênio. Mas de todo forma, como era uma exigência do Edital, naquele entendimento que às vezes a entidade colocou fora e tem que deduzir do valor, então isso nós estamos vendo como uma questão administrativa para a assinatura do convênio. Agora, de toda forma, eles tinham que apresentar a contrapartida.

Conselheira Zania Gouveia: Está ok. Pode ser que eu não tenha visto.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos deixar isso em suspenso, vamos para os outros e a gente retoma isso, está bem Zania, você concorda? Projeto - Cinema Ambiental, instituição proponente - Organização Neo Humanitarismo Universalista – ONH-U. Recurso solicitado – noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos. Objetivo do projeto - incentivar a integração do adolescente jovem, no que aqui chamamos de cinema ambiental. A partir daí, auxiliar esse público a conscientização e mudança de postura quanto à preservação do meio ambiente, despertando assim a sensibilidade sobre as questões ambientais da atualidade, entendendo que cada um tem condições de contribuir para o processo de aprendizagem da sociedade como um todo. Considerações finais e conclusão da CAV: “A - o projeto apresenta vínculos a projetos audiovisuais, já que se propõe a apresentação de filmes e documentários e não está dirigido ao uso do parque. B - o projeto não apresenta o conteúdo a ser desenvolvido no subprojeto Carta da Terra, nas cem linguagens da juventude, e as modalidades da olimpíada do meio ambiente. C - a proponente não indica o local em que os filmes e os documentários serão exibidos, bem como não citam a autorização da utilização dos direitos autorais, uma vez que a apresentação será aberta ao público em geral. D - a proponente não indica os locais onde serão desenvolvidas as oficinas, os jogos e as atividades da Carta da Terra, bem como as estratégias de comunicação e divulgação das atividades para o acesso da população beneficiada. E - a proponente não apresenta contrapartida, portanto não atende ao Edital. F - não apresenta as Cartas de Anuência das unidades



escolares, local de realização e da administração do Parque da Aclimação. Pelo exposto nesse parecer, o projeto não atende aos critérios de seleção do FEMA e, portanto, não é recomendado pela CAV. Então, vamos a deliberação sobre o projeto Cinema Ambiental. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Então todos os conselheiros não são favoráveis a aprovação do projeto, portanto, são favoráveis que não seja aprovada, a reprovação do projeto por unanimidade. Já tem os elementos?

Conselheira Zania Gouveia: Foi uma falha minha, eu que não vi a contrapartida, está aqui.

Coordenadora Helena Magozo: Mas é importante a atenção.

Conselheira Zania Gouveia: Ok.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a deliberação sobre o projeto Rede de Cooperação da Cantareira - RECANTA, Bolsas Jovens da Floresta. Eu já li o parecer da CAV. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Então por unanimidade o projeto foi aprovado. Projeto - Viver Bem na Cidade Tiradentes - Vamos cuidar do meio ambiente e viver com qualidade de vida, todos por um futuro melhor. Recursos solicitados – noventa e um mil e duzentos reais, objetivo do projeto - formatar um projeto ambiental para receber futuros moradores e contribuir para conscientização da preservação daquela importante área existente na área do mutirão, além de melhorar consideravelmente a qualidade de vida de seus moradores. Desenvolver atividades esportivas, recreativas e socioambientais com crianças, jovens e a melhor idade para difundir e poder colaborar de forma efetiva na preservação da área denominada Parque Vila do Rodeio. Considerações finais e conclusão da CAV: “O projeto mostrou-se como um conjunto de boas intenções que visam a melhoria de qualidade de vida social e ambiental da cidade Tiradentes, mas propõe um rol de atividade que extrapola a educação ambiental, tornando-se assim um guarda-chuva, um projeto-mãe de outros a serem executados. Desse modo, o presente projeto apresenta-se mais como um programa de ações preocupadas com a qualidade, onde a educação ambiental, mesmo sendo explicitação clara de sua metodologia e público alvo, é apenas um item a mais deste complexo de intenções. Pelo exposto nesse parecer, o projeto não atende aos critérios de seleção do FEMA e, portanto, não é recomendado pela CAV”. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Então, nós temos dois conselheiros que são favoráveis à aprovação? Eu acho que não está claro, talvez a gente possa mudar a questão da preposição. Pelo exposto nesse parecer o projeto não atende aos critérios de seleção do FEMA e, portanto, não é recomendado pela CAV. Vamos a posição dos conselheiros. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Quatro conselheiros então, por unanimidade não são favoráveis à aprovação do projeto, não aprovam o projeto. Agora o projeto número 7, Capacitação em Agenda 21 Local na Bela Vista. Instituição componente - Novo Olhar. Objetivo do projeto - capacitar 20 lideranças em Agenda 21 Local em quatro locais estratégicos do (incompreensível) da Bela Vista e promover a sensibilização e a mobilização para os problemas socioambientais e suas soluções em comunidades da ala de risco do município e São Paulo a partir da organização, produção e disseminação de materiais audiovisuais produzidos pelos próprios participantes. Valor solicitado – noventa e oito mil e oitenta reais. Considerações finais e conclusão: “A organização apresenta resultados de trabalhos anteriores e propõe-se a trabalhar com a formulação da agenda vinte e um local. Porém, a formulação do projeto tem muitas inconsistências, como apontado nos itens da apreciação, o que torna difícil compatibilizar objetivos, metas, resultados e orçamento, prejudicando muito a avaliação do projeto. A CAV não recomenda a aprovação do projeto”. Então, vamos para a deliberação, os conselheiros que são



favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Então quatro conselheiros, por unanimidade os conselheiros não são favoráveis à aprovação do projeto e não o aprovam, reprovam o projeto. Projeto número 8, projeto - Manancial de Cidadania. Instituição proponente - Comunidade cristã. Recursos solicitados – cem mil e seiscentos reais. Objetivo do projeto - desenvolver um conjunto de ações integradas no âmbito da educação ambiental que mobilizem e instrumentalizem as comunidades de base que estão às margens do manancial da represa Billings para capacitações de atores sociais locais, (moradores, estudantes e trabalhadores), execução de atividades que gerem exemplaridade, que sensibilizem a população local para a busca da sustentabilidade socioambiental, exercício pleno na cidadania. Considerações finais e conclusão da CAV: “Quanto à hospedagem do site, não fica claro a manutenção, o funcionamento deste, ao término dos 12 meses. A proponente apresenta um site www.comunidadecidada.org.br, o qual poderia subsidiar a hospedagem do site deste projeto. O projeto não esclarece a estratégia de sensibilização das escolas que participarão do projeto. A proponente não evidencia de que forma a população terá acesso ao site, já que não foi feito um levantamento prévio quanto à acessibilidade a internet pela comunidade. Portanto, a CAV não recomenda a aprovação do projeto”. Vamos partir para a deliberação, os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Então, os quatro conselheiros, por unanimidade, não são favoráveis à aprovação do projeto e desaprovam o projeto Manancial de Cidadania. Projeto número 9 - Sementes da Sustentabilidade. Instituição proponente - Organização Não Governamental Alquimia. Recursos solicitados – noventa e nove mil, novecentos e oitenta e um reais. Objetivo do projeto - sensibilizar a comunidade local envolvida com o espaço Alquimia por meio de oficinas, vivências, programas educativos e atividades lúdicas relacionadas com o uso e a consideração dos recursos naturais, propiciando o aprofundamento dos temas socioambientais e o reencantamento dos espaços urbanos. Considerações finais e conclusão da CAV: “O projeto proposto tem muitos aspectos positivos, porém, as inconsistências apontadas no orçamento e a quantificação apenas parcial dos beneficiários prejudicam a visualização dos resultados. A CAV não recomenda a aprovação do projeto”. Então os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Então os quatro conselheiros, por unanimidade, não são favoráveis à aprovação do projeto, e o projeto é não aprovado, reprovado. Projeto número 10 - Sementes para um Bairro Sustentável - Associação Urusvatí mantenedora. Recursos solicitados – noventa e nove mil, novecentos e vinte quatro reais. Objetivos do projeto - sensibilizar, mobilizar e capacitar um grupo de pessoas que more no bairro para que, através de mecanismos de educação não formal atuem com responsabilidade socioambiental, dentro da cultura de paz, em busca de melhor qualidade de vida. Considerações finais e conclusões: “O projeto tem muitos pontos positivos, porém, não há quantificação de metas. A relação entre o número de pessoas beneficiadas diretamente e a amplitude dos objetivos específicos propostos, torna difícil a avaliação do orçamento em relação ao custo benefício. Metade do orçamento é dedicada ao diagnóstico, planejamento e avaliação das ações, como revela a relação do cronograma de atividades, e o cronograma de execução financeira. Essas inconsistências levam a CAV a não recomendar a aprovação do projeto”. Então os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Então, os conselheiros, por unanimidade, são desfavoráveis à aprovação do projeto, então são pela reprovação do projeto. Projeto 11 - Educação Ambiental com o portal interativo da rede hídrica dos rios Alto Tietê, Pinheiros e Capivari Montes. Instituição proponente - Instituto Labor e Vita. Recursos solicitados - cem mil reais. Objetivo do projeto - criar condições e instrumentos de análise da realidade urbana atual frente à situação de degradação ambiental das represas Guarapiranga e Billings, numa possibilidade de leitura que



inclusive viabilize, entre outras questões, a problematização do fenômeno migratório de explosão demográfica nos mananciais. Considerações finais e conclusão: “O projeto proposto tem muitos aspectos positivos, é inovador, objetiva um público bastante extenso e uma região que precisa de tais iniciativas. A equipe parece bastante capacitada e o histórico de atuação na região demonstra ótimos resultados. O orçamento está bem detalhado, estando o projeto muito bem elaborado e com boas metas, passíveis de mensuração e acompanhamento. A CAV recomenda esse projeto para aprovação”. Então os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. Então, o projeto está aprovado por unanimidade. Projeto de número 12 - Projeto Plataforma Verde, Parelheiros. Instituição proponente –IBEAC - Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário. Recursos solicitados: cem mil reais. Objetivos do projeto - o objetivo é disseminar conceitos de desenvolvimento socioambiental sustentável através de três elementos: informação, formação e intervenção social, visando a mudança de visão sobre as questões ambientais que impliquem em novas práticas e comportamentos individuais e coletivos, suscitando o envolvimento pessoal, a participação cidadã e a responsabilidade coletiva. Considerações finais e conclusão da CAV: “A proponente, apesar de um grande conhecimento da área e da população objeto da futura intervenção, não apresentou a quantificação do público alvo, não sendo possível a essa comissão analisar se o recurso financeiro solicitado é compatível à demanda existente por meio das ações previstas neste projeto. Pelo exposto nesse parecer, o projeto não atende aos critérios de seleção do FEMA, portanto, não é recomendado pela CAV”. Conselheira Mirian quer se posicionar.

Conselheira Myrian Barcellos: Na última reunião em que eu estava como conselheira, eu pedi que esse projeto fosse revisto, recortado no meio dos projetos que não foram aprovados em bloco. Queria destaque, pedia destaque, no que foi atendido. Em primeiro lugar, eu gostaria de voltar a minha afirmação de que não estou de acordo com essa aprovação ou reprovação em bloco.

Coordenadora Helena Magozo: Nós não estamos fazendo em bloco hoje não.

Conselheira Myrian Barcellos: Sim, eu queria inclusive agradecer e fazer notar que essa nova votação, hoje, está seguindo os padrões anteriores que foi adotado desde o início do conselho, no qual eu estou desde sua criação. No caso específico desse projeto, eu gostaria que fossem levados em consideração vários fatores, primeiro, o fato desta instituição já ser uma instituição de mérito consagrado, ela já tem parceria com a Secretaria do Verde em outros projetos de meio ambiente, no qual aparece um número bastante elevado de componentes, cinco mil e setecentas pessoas foram atingidas, isso aqui está... eu gostaria que isso aqui ficasse em ordem. Esse projeto de meio ambiente com a secretaria, projeto Ambientes Verdes Saudáveis, na sua implementação capacitou mais de cinco mil e setecentos agentes, na página 9. Na página 11 aparece no projeto em que eles começam a especificar e falam: “construir e difundir uma metodologia de mudança de concepções e práticas, que seja replicado em escala a outras regiões e municípios brasileiros de modo a propiciar que os atores locais participantes do processo possam, a partir de problemas concretos com que se deparam no seu cotidiano, chegar a soluções alternativas e sustentáveis”. Em seguida: “promover a articulação em rede dos agentes sociais, (lideranças locais, organizações sociais, profissionais de saúde, educação e meio ambiente, gestores públicos, estudantes e outros), do distrito de Parelheiros no extremo da zona sul da cidade de Soa Paulo, incidindo sobre as políticas públicas nas esferas abrangidas: meio ambiente, saúde e educação”. Aqui já está, para mim, apresentado o número, a quantidade das pessoas a serem atingidas. São todos os gestores. E no outro projeto que essa mesma instituição esteve com a Secretaria, dentro dessa forma de trabalhar, eles afirmam aqui que atingiram sete mil e setecentas pessoas, de maneira que, de



certa forma, já está quantificado. Sendo assim, se eles trabalham com gestores de diversas áreas no distrito de Parelheiros, quer dizer, eles já vêm trabalhando, eles têm, eu acredito que a quantificação já aparece aí, e é uma quantificação que é por camadas de gestores sociais. Não é um, dois, três, quatro, cinco. Eu acredito que já esteja de certa forma quantificado. Agora, outra coisa que me chama atenção na metodologia adotada por essa instituição, que já vem trabalhando há muitos anos, como eles dizem aqui, é que todos esse trabalhos, essa atuação da instituição é transformada automaticamente num produto registrado, que são livros, revista, ele têm várias publicações, e que são disponíveis a toda sociedade em geral interessada, na sede da instituição. Quer dizer, existe uma forma de trabalho que tem que ser considerada. E sendo assim a quantidade aí, que ficou em questão, do público alvo multiplica-se enormemente através dessas publicações que estão disponíveis. Fora isso, evidentemente, é um trabalho, é uma instituição cuja seriedade já é de conhecimento público, já vem trabalhando há muito tempo, é um trabalho que dona Lucy Montoro criou, até poderia-se dizer, um trabalho de vida que ela deixou, e com isso ele está sendo continuado pelos professores da PUC onde ela teve sua formação de assistente social. Pouca gente sabe, porque na simplicidade com que ela se apresentava em público, ela se apresentava sempre com dona de casa, mas foi das primeiras mulheres da geração dela que se formaram num curso superior. E ela se apresentava com essa simplicidade. E nós temos que considerar que ela deixou realmente uma obra social importante, que ela presidiu durante toda a vida, e que eu comparo a obra social deixada por outras mulheres, também, que tiveram a oportunidade de ter uma ação social do porte de uma senhora de governador, de um administrador de estado, que eu iria até lá para trás, até o Hospital da Criança, a ALBA deixada pela dona Darcy Vargas, para começar pelas mulheres que deixaram sua marca, e recentemente da doutora Ruth Cardoso que está sendo também prosseguida por outros, pela sociedade, por grupos que estão... e pela (incompreensível) que ela deixou. Gostaria que fosse vista por esse ângulo também, é a obra de uma vida de uma assistente social.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada Mirian. Os outros conselheiros querem se posicionar?

Conselheiro Luiz Ferrua: Eu tenho uma pergunta. Nós havíamos decidido em reuniões anteriores que questões técnicas, são questões técnicas e são de competência da análise da comissão. E não a competência dos conselheiros. Eu só queria fazer duas perguntas. Primeiro, esse número que foi dado de sete mil e quatrocentas, sete mil seiscentas, satisfaz em termos de quantificação essa dúvida?

Coordenadora Helena Magozo: Eu pediria então que a Alice, que é da comissão de avaliação coloque...

Conselheiro Luiz Ferrua: E a segunda pergunta é o seguinte, se nós estamos falando mérito ou técnico. Se for técnico, nós não vamos discutir, certo? Eu acho. Se for mérito, sim, nós discutiremos.

Coordenadora Helena Magozo: Quer dizer, acho que é uma coisa importante de ser esclarecida Ferrua, a CAV, ela faz uma avaliação técnica e dá seu posicionamento. Quem delibera, quem pode perguntar mais, ter um outro posicionamento, quer dizer, é como subsídio, realmente ela não define a aprovação ou não, isso cabe aos conselheiros. Agora, ela procura dar subsídios técnicos para isso. É isso.

Conselheiro Luiz Ferrua: Só mais um esclarecimento, eu acho que nenhum dos conselheiros tem, não só competência, mas também não tem vontade de passar por uma avaliação técnica feita pela CAV, certo? Não há sentido nisso, por isso que eu fiz essa pergunta. Primeiro, se o número satisfaz e, se caso negativo, se nós estamos falando em mérito, ou técnico?



Alice Kehdi – Comissão Técnica de Avaliação: O que nós temos para dizer é o seguinte, em momento nenhum nós colocamos em dúvida o trabalho e a integridade do IBEAC, que todos nós conhecemos como uma instituição que atende todos os seus propósitos, e atende a comunidade, é um trabalho muito bonito. O nosso papel realmente é a análise técnica. Então dentro da análise técnico nós entendemos que, o que senhora Mirian conselheira colocou, foi um trabalho já realizado em que ela já atingiu várias pessoas, um grande número de cidadãos, várias publicações. Só que isso nós não temos dentro do nosso projeto, nós temos uma avaliação puramente técnica para dar subsídios aos senhores conselheiros. Então, a decisão também não é nossa, a gente diz: “recomendamos ou não recomendamos” e a nossa análise é realmente técnica.

Conselheira Maria Lúcia Figueiredo: Bom, é a primeira vez que eu participo, mas eu questiono se não seria o caso de pedir uma complementação de informação?

Conselheiro Luiz Ferrua: O estatuto não permite isso, foi, talvez, eu diria, até um lapso deste Edital.

Coordenadora Helena Magozo: O que aconteceu efetivamente foi o seguinte, normalmente nos Editais se prevê essa complementação. Especificamente nesse Edital, não foi previsto. E isso já foi motivo até de uma avaliação crítica desse conselho e de um posicionamento que todos os Editais devam prever essa complementação, porque às vezes por umas questões muito não fundamentais, você não pode estar acolhendo, estar recomendando. Então isso é uma questão que foi colocada aqui por conta do Edital, de não poder pedir, mas que já foi visto criticamente como desejável que todos os Editais contemplem essa possibilidade.

Conselheira Myrian Barcellos: Eu gostaria de complementar aqui. O fato de eu ter citado esse número que aparece aqui, é de um trabalho já feito com a própria Secretaria do Verde. E eu acredito que se propondo a trabalhar com os agentes sociais da região toda, eu acredito que corresponda a um universo como esse, mais ou menos. Quer dizer, é muito difícil quantificar, mas se depreende que o número de agentes com quem eles trabalham dê um resultado parecido.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada.

Conselheiro Luiz Ferrua: Eu creio que a gente tem um posicionamento bem claro nesse caso. Primeiro, existe uma análise técnica, apesar do IBEAC ser uma entidade plenamente reconhecida em termos de atuação no passado, ela, devemos dizer isso, acho que não é vergonha nenhuma, ela cometeu um engano ao colocar os seus documentos para apreciação no CAV. Isso é um fato, não há discussão, ela cometeu um engano. Então nós temos uma das duas decisões a tomar, a primeira, passamos por cima desse engano e aprovamos, ou não passamos por cima de recomendação técnica pelo CAV. Realmente, ela deixou de apresenta um dado que foi solicitado. Pronto. Então tem duas hipóteses, ou passamos por cima, fazemos vistas grossas, ou não.

Coordenadora Helena Magozo: Algum mais conselheiro quer se posicionar? Vamos para a deliberação, os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto apresentado pela instituição IBEAC permaneçam como estão. Então foi aprovado por unanimidade. Agora, nós vamos passar para a deliberação sobre o pedido de reconsideração de uma avaliação da CAV sobre o projeto da Subprefeitura de Perus. Avaliação do FEMA desculpe, não é da CAV. Na última reunião nós tivemos uma deliberação sobre a proposta, que basicamente envolvia a questão de estar contando com uma área para o Parque Linear de Perus, que é uma área ocupada por um equipamento de apoio da Subprefeitura de Perus. Esses equipamentos passariam, seriam construídos, haveria uma adaptação em uma outra área de apoio da subprefeitura e esta área seria totalmente disponibilizada para o Parque Linear de Perus. A Rosélia, eu ia pedir para ela, se você queria falar alguma coisa, só para



apresentar um pouco, para gente lembrar, se aquecer, em relação a esse objeto. A Rosélia é da COPLAN, da Coordenadoria de Planejamento da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Só lembrando que na outra reunião nós tivemos uma apresentação por parte da EMURB desse parque.

Rosélia Ikeda – COPLAN: Então vocês já conhecem o projeto, só para lembrar que o Ribeirão Perus é um rio que corta todo o centro de Perus e a intervenção que a Prefeitura está empreendendo é desde aqui de Pirituba, aqui na verdade tá o Sul e o rio ele vem daqui, ele deságua ali no Jaraguá. E aqui tem um braço, aqui está o Rodoanel, para vocês se localizarem, Rodoanel Mário Covas. Aqui está a Raimundo Pereira de Magalhães, por lá passa a Rodovia dos Bandeirantes indo para o interior, e aqui é o centro de Perus. Aqui tem a estrada de ferro também que vai beirando o rio. E aqui nós temos então o braço, um afluente do Ribeirão Perus que é chamado Areião. Esse equipamento, esse galpão, hoje, da Prefeitura, a Prefeitura utiliza uma das áreas aqui na beira do córrego, próximo aqui da Raimundo Pereira de Magalhães como um galpão, é uma espécie de depósito, aí o pessoal da Subprefeitura pode me corrigir se eu estive falando alguma coisa errada. E aqui tem uma área já da Prefeitura, do córrego, entre o córrego e esta rua, é toda uma área Municipal que está sendo também incluída no parque. Esta área do rio até esta outra rua é áreas particulares que nós estamos desapropriando, porque tudo isso é uma várzea aqui do rio, que teria muita importância para o regime do rio, porque o afunilamento desse rio aqui, ele provoca enchente aqui no centro de Perus. Aqui tem uma questão social muito grave, porque o rio alaga quando chove, a cidade alaga, vamos dizer assim. Então todas essas pessoas ribeirinhas também nós vamos ter que trabalhar com o tempo. Mas aqui nós temos uma oportunidade de aproveitar essa área aqui, que já é da Prefeitura, porque nós teríamos aqui também um muito bom acesso ao parque, a hora que a gente desocupar essa área com o uso da Prefeitura e tornar ele um uso de parque. E porque também ele está na beira do córrego, esse equipamento hoje está na beira do córrego e a nossa preocupação nesses Parques Lineares é recuperar as faixas de proteção permanente definido na Lei Federal, que são as faixas de 30 metros de cada lado do rio. Então onde a gente conseguir recuperar e essa faixa, é o que nós estamos tentando fazer. Então aqui é uma oportunidade de fazer isso. A realocação desse galpão é de grande importância para esse trecho aqui do parque, porque criaria esse acesso importante aqui através dessa avenida, que tem bastante visibilidade, é uma das avenidas principais aqui da Zona Norte, que é a Raimundo Pereira de Magalhães, um dos acessos ao centro de Perus. A realocação ali está mais... é uma demanda do Parque Linear, da idéia do Parque Linear que está no plano diretor e da recuperação da várzea para a gente poder conseguir trabalhar esse rio de forma que ela não causa tanto dano como ela vem causando hoje. Então tem todo um trabalho de represamento, de criação de lagoas nessa região que daria essa condição ambiental de recuperação de fato dessa área. Se alguém tiver alguma pergunta, eu estou à disposição.

Coordenadora Helena Magozo: Então, só para falar vocês do encaminhamento, houve a deliberação, mas a Subprefeitura de Perus entendeu que pela relevância ambiental do parque a que se prendia o projeto, que ela achou importante submeter novamente ao conselho, então é isso que nós estamos fazendo agora. E eu pedi então para a Rosélia estar justificando do ponto de vista do objeto desse conselho, que é do ponto de vista ambiental, mas estamos abertos a quaisquer questões que permeiem essa deliberação.

Renato Andrade – Subprefeitura de Perus: Só para lembrar, a Rosélia falou de uma das áreas que a gente vai liberar para intervenção ambiental de recuperação ambiental lá em Perus. Na verdade, são duas, a gente tem uma área grande para UTI e para supervisão de manutenção, nós vamos diminuir as áreas da prefeitura e nós



vamos liberar duas áreas, uma para o Parque Linear e outra para um bloco esportivo cultural que é uma praça com alguns equipamentos dentro da proposta de aplicação dos créditos de carbono lá em Perus. Então são duas áreas que a gente vai liberar. Essa é uma e a outra é lá perto do Parque Linear Recanto dos Humildes.

Conselheiro Sérgio Costa: Deixa eu ver se eu entendi, naquela valoração que vocês colocaram, essas duas áreas, a área 1 e área 2 que vocês valoraram aqui, dá esse valor de setecentos e quatro mil referente a área 1. A área 1 é do Recanto dos Humildes, e da área 2, do Areião referente a um milhão e noventa e sete, quer dizer, essas duas áreas iriam para SVMA, seriam incorporadas ao parque, sendo que nessa área um, o que vocês fariam nela? A 2 é a do Areião, essa 1 é a que, não sei, porque você falou que uma parte vocês utilizam para depósito e o restante todo...

Renato Andrade – Subprefeitura de Perus: A área 1 é uma área que se junta ao Parque Linear que a Secretaria de habitação fez em Perus, que é ali no recanto dos Humildes. Como toda a população ali é muito carente de tudo, então a gente está fazendo um bloco esportivo cultural. O que é isso? O bloco esportivo cultural é uma grande praça, é como se fosse o Parque do Ibirapuera em micro escala. É uma praça que tem alguns equipamentos de cultura e esporte também.

Conselheiro Sérgio Costa: Senhor secretário, por favor. Interessa a Secretaria do Verde? Porque na minha colocação na primeira vez, como nós emprestavamos cerca de um milhão e quinhentos, eu queria que os tivéssemos a segurança de termos um valor compatível. Se esse valor, somada as duas áreas, são compatíveis. Interessa a Secretaria do Verde que haja esse terreno na área um do Areião, tendo esse equipamento social, que haja esse sistema desportivo, um Centro Cultural Desportivo, interessa a Secretaria do Verde?

Presidente Eduardo Jorge: Sim.

Conselheiro Sérgio Costa: Ok, muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Nós estamos às ordens para qualquer questionamento. A Rosélia, o pessoal de Perus, tem alguma pergunta para subsidiar a decisão de vocês?

Conselheira Myrian Barcellos: Eu gostaria de lembrar aqui, na última sessão em que foi analisado esse projeto, eu fui um voto isolado, a favor, porque eu entendi a importância da remoção desse pavilhão para que não houvesse mais, para mitigar vamos dizer, os efeitos da enchente. Isso em primeiro lugar, e isso é uma questão de meio ambiente. Foi visto naquela ocasião como uma proposta dentro da área de edificação e que não estava no programa de meio ambiente. Agora, eu acredito que dentro desse viés de desimpedir esse esforço, enfim, essa obra para mitigar a ação da enchente, ela estaria sim dentro da área ambiental. E a proposta que hoje foi mais explicitada pelo arquiteto da Prefeitura de um parque para a juventude, em uma área em que os jovens estão explicitando nos últimos questionamentos que foram feitos, inclusive pela Folha de São Paulo, que estava publicando o DNA das regiões de São Paulo, apareceu essa solicitação da juventude. O lazer, já visto pelo grande sociólogo (incompreensível), naquela época já tinha em vista a preocupação com juventude, coisa que nesses últimos anos piorou muito. O lazer bem orientado pode trazer o desenvolvimento cultural e na área da juventude tem a aplicação imediata, haja vista o Parque da juventude que foi criado no lugar do Carandiru. Meu voto da outra vez foi favorável, hoje o meu voto, na realidade, é do conselheiro, eu sou a suplente, mas eu gostaria de lembrar, ele não estava aqui, outros também não estavam, que o meu voto foi um voto isolado a favor desse projeto.

Conselheiro Luiz Ferrua: Eu só queria esclarecer que o voto contrário dos dois engenheiros presentes aqui ao conselho foi basicamente devido a uma questão matemática. Nós queríamos saber se o que estavam nos destinando era aquilo que nós estávamos dando. Como, agora, houve uma avaliação que deu um milhão e



setecentos mil e estamos dando um milhão e quinhentos, o aspecto fechou. Então passamos a ser, agora, favoráveis.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto relacionado ao Parque Linear Perus apresentado pela Subprefeitura e extensamente discutido aqui, acho que em três reuniões nós tivemos oportunidade de discutir o projeto, os que são favoráveis ao projeto permaneçam como estão. Então, o projeto está aprovado por unanimidade. Obrigada. Só lembrando vocês que nós vamos mandar o texto da minuta do estabelecimento de procedimentos para reconsideração pra vocês opinarem, avaliarem, se possível aprovarem por e-mail, tendo qualquer dúvida nós estamos inteiramente abertos, nós colocaremos para discussão na próxima reunião.

Conselheira Zania Gouveia: Eu gostaria de fazer um pedido de inclusão, não sei se na próxima pauta ou como for considerada a melhor forma, de trazer à discussão a situação dos créditos de carbono, o que tem de recurso disponível, critérios de aplicação, os projetos que já foram pré-aprovados, enfim, para dar uma equalizada no conhecimento aqui geral.

Coordenadora Helena Magozo: Está bem. Inclusive nós preparamos isso para o Tribunal de Contas, que está com a gente direto a partir de primeiro de novembro, então a gente trás a mesma apresentação, explicitação para os conselheiros.

Conselheiro Luiz Ferrua: Só mais uma questão, uma pergunta só, em relação aos créditos de carbono. Isso é uma coisa que me chamou sempre a curiosidade, nós estamos falando do lixão, vamos chamar assim.

Coordenadora Helena Magozo: Não, aterro. Lixão é outra coisa.

Conselheiro Luiz Ferrua: Aterro sanitário de Perus, e nunca falamos do aterro sanitário de Santo Amaro, por quê? Não gera crédito? Não extrai metano, é só isso?

Coordenadora Helena Magozo: Nós temos o vereador Netinho que se tornou um especialista em aterro. Está aqui o vereador Netinho.

Conselheiro Luiz Ferrua: Vamos fazer uns dois ou três buracos lá e com certeza vai gerar metano, porque o metano vai estar sendo gerado, é impossível de deixar. Então é uma questão só de, proponho aqui ao secretário Eduardo Jorge, fazer uns três ou quatro buracos e conseguimos mais alguns créditos de carbono lá.

Conselheiro Sérgio Costa: Fiquei curioso, porque o Santo Amaro já é antigo e porque que ele não gera?

Vereador Netinho: Quanto mais antigo é o depósito do material, menor a possibilidade de você extrair o gás.

Conselheiro Luiz Ferrua: Ele já liberou bastante metano, então.

Vereador Netinho: Exatamente. Quanto mais recente... Ele fica economicamente inviável quanto mais tempo ele ficou se extração, menor é a possibilidade de você ter fundamentos econômicos para fazer a instalação da usina de extração e queima do metano.

Conselheiro Luiz Ferrua: Veja duas coisas, primeiro Santo Amaro, se eu não estou enganado, não tem cinco anos que foi abandonado.

Vereador Netinho: Não, o Santo Amaro deve estar desativado há quase dez anos. O que ele teria uma possibilidade é reunir todos aqueles já desativados, que não os dois que estão em operação, em um processo único, aí sim, para tentar levar a exploração. Se você isolar esses que foram desativados, terá uma dificuldade muito grande de encontrar interesse na sociedade, interesse na sociedade econômica para exploração. Se você reunir todos os antigos aterros já desativados você pode encontrar uma viabilidade econômica e financeira para fazer a extração. Se não reunirmos, na individualidade dificilmente você consegue.

Conselheiro Luiz Ferrua: Vejo essa coisa da seguinte maneira, que Santo Amaro tem problemas similares a Perus. Alias, aliás como todas as áreas de São Paulo. Se



podéssemos reunir uma massa de dinheiro igual a que está sendo reunida em Perus, ou similar àquela que esta sendo reunida em Perus, acho que nós agradeceríamos e muito.

Coordenadora Helena Magozo: Talvez, nós pudéssemos, em um momento, pensar numa apresentação, como houve lá na audiência pública, que aqui fosse mais oportunizada, porque vocês ouvem falar o tempo inteiro de crédito de carbono, afinal de contas, para mim mesmo, tecnicamente, essa questão que você colocou. Então que a gente pudesse trazer o pessoal que, na verdade é uma empresa, mas procedeu a todos os caminhos para chegar até os créditos de carbono, que pudesse estar aqui, para explicar para que pudéssemos entender onde nós estamos nesse fluxo todo nesse processo.

Vereador Netinho: Tem um inventário feito pela Secretaria, mas também tem um inventário feito pelo setor de interesse. Você tem um setor hoje de interesse nesse mercado e que vem tentando avaliar essas oportunidades de São Paulo. Eu tive uma passagem breve pela Secretaria de Participação e Parceria, a gente foi convidado para conhecer o primeiro modelo de exploração, que é na Bahia, ainda constituído na prefeitura do prefeito Imbassaí, que foi o Parque de Canabrava, com o investimento do governo canadense, então lá foi um investimento a fundo perdido. E esse mesmo pessoal fez um estudo de viabilidade, por isso essa informação de que o de Santo Amaro não é possível sozinho. Porque já foram feitos diversos estudos de viabilidade para você conseguir iniciar a exploração de outros aterros. E ficou claro que você tem condições sim. É lógico que a gente tem condição é com aqueles mais recentes, por isso aqueles mais recentes já estão em operação, mas você tem condições de realizar intervenções para esses outros. Muitas vezes não é só a questão da geração do crédito, mas muitas vezes também geração de energia para aquela localidade. Então você tem equações ainda a serem produzidas.

Coordenadora Helena Magozo: Mas eu acho que a gente trás essa questão que foi apresentada lá na audiência pública em São Mateus, e foi interessante. E aqui como está surgindo essa curiosidade, eu acho que é importante a gente estar conversando sim. Então, eu agradeço a presença dos conselheiros e das conselheiras. A previsão para a próxima reunião é dia 11 de novembro. Então, vamos dando por encerrada a reunião, muito obrigada a todos e a todas.

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA

Presentes:

Conselheira titular Zania Maria Matias Gouveia – Secretaria de Finanças
Conselheiro titular Sergio Rogério Cesário Costa – Instituto de Engenharia
Conselheira titular Maria Lucia Figueiredo Bueno Camargo - SEMPLA
Conselheiro titular Luiz Ferrua Filho – SAJAPE
Conselheira suplente Myrian Arantes Barcellos – Movimento Defesa São Paulo

Presidente do CONFEMA

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Coordenadora do CONFEMA

Helena Maria de Campos Magozo

Secretário Executivo

Rubens Borges

Convidados:



Rosélia Mikie Ikeda – COPLAN / SVMA
Renato Martins Andrade – Subprefeitura de Perus
Fabio F. Araújo – Subprefeitura de Perus
Alice Kehdi Naime – Comissão Técnica de Avaliação/ FEMA
José Police Neto – Vereador / Câmara Municipal de São Paulo